

Terça-feira, 25 de Setembro de 2007 - Estrasburgo

Rumo a uma política energética externa comum (debate)

Ana Maria Gomes (PSE). - Esta resolução expõe as insuficiências gritantes das políticas europeias no domínio da energia. Na verdade, a União Europeia não existe aqui como actor global. Quem, como eu, acredita que a União Europeia se deve garantir um mínimo de autonomia estratégica só pode observar com inquietação a nossa vulnerabilidade nesta matéria. Não se trata de ambicionar uma auto-suficiência utópica, mas sim de reconhecer a necessidade de mais coordenação entre políticas nacionais, de garantir solidariedade entre Estados-Membros e desenvolver relações com parceiros globais menos assimétricas, mais previsíveis e enraizadas numa abordagem verdadeiramente europeia. Por exemplo, depende de nós, europeus, inviabilizar o "dividir para reinar" que tem marcado as relações com a Rússia nesta matéria.

Neste relatório sublinha-se a dimensão política do mercado energético europeu. Enquanto os Estados-Membros, numa abordagem comparável à do mercado europeu de equipamento de defesa, insistirem em promover um proteccionismo soberanista e anacrónico para dentro e um liberalismo mais adamsmithiano do que Adam Smith para fora, a Europa continuará a destoar num mundo onde todos os actores principais vêem a energia como uma questão eminentemente política e estratégica. Nesse sentido a proposta do relator de criar um alto responsável é útil e importa aplicá-lo o mais depressa possível.

Mas a UE nesta matéria não tem só o imperativo estratégico ligado à segurança do aprovisionamento. A própria sustentabilidade da política energética europeia e as implicações ambientais da falta de diversificação das nossas fontes energéticas requerem urgente mudança de rumo. Nesse sentido, a Europa não pode continuar a prolongar petro-regimes corruptos e opressivos. A política externa energética da UE deve integrar nos seus critérios estratégicos imperativos dos direitos humanos, da boa governação e da sustentabilidade ambiental.

Concluindo, a poluição e o cenário pós-Quito, o preço do petróleo, imperativos morais e de direitos humanos, a instabilidade política e económica decorrente da dependência dos hidrocarbonetos, o potencial de novas tecnologias ambientais para estimular uma nova revolução industrial na Europa e no mundo, tudo à nossa volta conspira no sentido de obrigar a UE a desenvolver uma política externa multifacetada, mas coerente, na área da energia.

Termino, Senhora Presidente, apresentando os meus parabéns ao relator Saryusz-Wolski.